

Thiago Ferreira Siqueira

LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA:

**Objeto do processo e
questões prejudiciais**

2020



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

S618l Siqueira, Thiago Ferreira.

Limites Objetivos da Coisa Julgada: Objeto do Processo e Questões Prejudiciais / Thiago Ferreira Siqueira – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

592 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5680-031-8.

1. Direito Processual. 2. Coisa Julgada. I. Siqueira, Thiago. II. Título.

1179378

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
 PARTE I	
<i>AS QUESTÕES PREJUDICIAIS E O OBJETO DO PROCESSO</i>	
§ 1º - OBJETO DO PROCESSO	29
1.1. Objetivo e limites do capítulo.....	29
1.2. Uma primeira aproximação entre o objeto do processo e a coisa julgada	31
1.3. Esclarecimento terminológico: mérito da causa, objeto do processo e objeto litigioso do processo; objeto do conhecimento do juiz	39
1.4. Objeto do processo: a pretensão processual	41
1.4.1. A perspectiva da tutela jurisdicional	45
1.4.2. A situação jurídica substancial.....	50
1.5. Objeto do processo e princípio da demanda.....	61
1.5.1. A formação do objeto do processo e a opção pela cumulação de demandas	69
1.5.2. A estrutura mínima do objeto do processo	81
1.5.3. Princípio da demanda, objeto do processo e objeto da decisão: a regra da correlação	95
1.5.4. Exceções à regra da correlação (“pedidos implícitos”) e objeto da decisão.....	98
1.6. Objeto do processo e elementos da demanda	107
1.7. Pedido e objeto do processo	111
1.8. Causa de pedir e objeto do processo.....	123
1.8.1. A causa de pedir entre as teorias da substanciação e da individualização	124
1.8.2. Demandas autodeterminadas e demandas heterodeterminadas: relatividade das teorias?	127
1.8.3. A adoção da teoria da substanciação no direito brasileiro	136
1.8.4. Causa de pedir remota.....	142
1.8.5. Causa de pedir próxima e o “iura novit curia”	148
1.8.6. O problema da determinação do fato essencial	157
1.9. Direito de defesa e objeto do processo.....	165
1.9.1. A irrelevância da defesa do réu para o objeto do processo	166

1.9.2.	As exceções substanciais (“contradireitos”)	170
1.9.3.	Ações dúplices, objeto do processo e objeto da decisão	174

§ 2º - PREJUDICIALIDADE 185

2.1.	Objetivo e limites do capítulo.....	185
2.2.	Questões preliminares e questões prejudiciais.....	187
2.3.	Prejudicialidade: da influência potencial à influência concreta.....	194
2.4.	Da prejudicialidade lógica à prejudicialidade jurídica: a busca da doutrina por critérios	203
2.4.1.	O critério da “subsunção” (“igual natureza dos juízos”).....	204
2.4.2.	O critério da “autonomia”	206
2.4.3.	Critério adotado: a “vinculação jurídica”.....	208
2.5.	Ponto prejudicial, questão prejudicial e causa prejudicial.....	212
2.6.	A caracterização da questão prejudicial prevista no § 1º do art. 503 do CPC/15	215
2.6.1.	A restrição da coisa julgada à análise de elementos que possam ser objeto de ação autônoma	219
2.6.1.1.	Impossibilidade da formação de coisa julgada sobre a análise de questões de fato.....	221
2.6.1.2.	A falsidade de documento analisada em caráter incidental.....	229
2.6.1.3.	Impossibilidade da formação de coisa julgada sobre a análise de questões de direito	235
2.6.1.4.	As decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios	240
2.7.	A prejudicialidade e as relações de direito material	249
2.7.1.	Prejudicialidade-dependência substancial.....	255
2.7.2.	Prejudicialidade negativa	265
2.7.3.	Prejudicialidade lógica (relação jurídica complexa/fundamental).....	269
2.7.3.1.	Contrato sinalagmático	281
2.7.3.2.	Ação reivindicatória	284
2.7.4.	Prejudicialidade por incompatibilidade.....	295

§ 3º - OBJETO DO PROCESSO, QUESTÕES PREJUDICIAIS E O JULGAMENTO DA CAUSA 305

3.1.	Objetivo e limites do capítulo.....	305
3.2.	Dois distintos modos de tratamento no julgamento da causa: cognição “incidenter tantum” e decisão “principaliter”	307
3.3.	Objeto do processo e julgamento da causa: consequências do descumprimento da regra da correlação e formas de controle.....	313

3.4.	As questões prejudiciais e o julgamento da causa: a fundamentação das decisões judiciais	321
3.4.1.	A ordem de enfrentamento das questões relevantes para o julgamento do mérito e o “principio della ragione più liquida”	327
3.4.1.1.	A irrelevância da vontade das partes na ordem de enfrentamento de questões incidentais. Exceções à regra	340
3.4.1.2.	A irrelevância da possibilidade de formação de coisa julgada sobre a situação jurídica prejudicial incidental para a ordem de enfrentamento das questões.....	350
3.4.2.	A omissão na análise da questão prejudicial na decisão: consequências e formas de controle	353
3.4.3.	Questões prejudiciais, coisa julgada e interesse recursal.....	358
3.5.	Ação declaratória, questões prejudiciais e interesse de agir	370
3.5.1.	Permanência da ação declaratória incidental?.....	372
3.5.2.	Questões prejudiciais, litispendência e prejudicialidade externa	375
3.6.	Retomada: questões prejudiciais incidentais e objeto do processo.....	383
3.7.	Questão prejudicial incidental e tutela jurisdicional (“eficácia e autoridade da questão prejudicial”).....	388
3.7.1.	Preliminarmente: conceito de coisa julgada material adotado.....	388
3.7.2.	A atribuição de efeitos substanciais à análise incidental da situação jurídica prejudicial.....	402
3.7.3.	Questão prejudicial e tutela declaratória.....	411
3.7.4.	Questão prejudicial e tutela constitutiva	417
3.7.5.	Questão prejudicial e tutela condenatória.....	434
3.8.	Conclusões referentes à primeira parte e transição para a segunda parte	437

PARTE II

QUESTÕES PREJUDICIAIS E COISA JULGADA

§ 4º - OS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA NO DIREITO COMPARADO		441
4.1.	Objetivos e limites do capítulo.....	441
4.2.	Direito alemão	443
4.3.	Direito francês.....	446
4.4.	Direito italiano	450
4.5.	Direito português.....	457
4.6.	Direito espanhol	463
4.7.	Direito inglês	469
4.8.	Direito norte-americano	476

§ 5º - OS REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DE COISA JULGADA SOBRE A QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	497
5.1. Objetivo e limites do capítulo.....	497
5.2. Preliminarmente: os limites objetivos da coisa julgada do Código de Processo Civil de 1939 ao Código de Processo Civil de 2015	498
5.2.1. Código de 1939: controvérsia doutrinária e incerteza jurisprudencial.....	498
5.2.2. Código de 1973: restrição da coisa julgada ao dispositivo da decisão	501
5.2.3. Código de 2015: extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	505
5.2.3.1. Perda de clareza e de previsibilidade no CPC/15	514
5.3. Diretrizes para a análise dos requisitos para a formação de coisa julgada sobre a questão prejudicial incidental	518
5.4. Decisão expressa	518
5.5. Essencialidade da questão para o julgamento do mérito	521
5.5.1. A essencialidade para o julgamento do mérito e as questões prejudiciais decididas de modo desfavorável à parte vencedora.....	528
5.6. Contraditório prévio e efetivo.....	529
5.6.1. O contraditório efetivo e a essencialidade da questão como requisitos cumulativos	538
5.7. Observância das regras de competência absoluta	542
5.8. Ausência de restrições cognitivas ou probatórias.....	544
5.9. Competência para análise dos requisitos necessários à formação de coisa julgada sobre a questão prejudicial incidental.....	552
CONCLUSÕES	555
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	559